



O PROBLEMA DO DERRAMAMENTO DAS CALDAS DAS USINAS DE AÇÚCAR NOS RIOS, EM PERNAMBUCO: UMA LEITURA DAS RELAÇÕES ENTRE OS GRUPOS DA ESPÉCIE HUMANA E OS ATORES NÃO HUMANOS (1930 -1950)

Lays Caetano da Silva

Faculdade Iguaçu – UNIMINAS

layscaetano00@gmail.com

RESUMO: Obliterados ou encarados como coadjuvantes, os elementos não humanos passaram despercebidos nas produções sobre a História do Açúcar. No entanto, essa falta existe não somente para os estudiosos do mundo do açúcar. Na ausência de perspectivas voltadas para analisar a complexa cadeia de seres fundamentais para uma leitura heterogênea de determinados problemas, a História produziu, regularmente, o que se convém nomear de escrita antropocêntrica. Na carência de trabalhos direcionados a realizar um exame menos antropogênico, essa pesquisa comunga com chaves interpretativas que buscam dar luz a componentes como rios, peixes e mosquitos. Em vista disso, tenciona compreender o problema referente ao despejo de efluentes das usinas de açúcar em Pernambuco, nos cursos fluviais, nas décadas de 1930 e 1940, levando em consideração suas implicações para a sociedade humana e não humana. Propõe-se, também, a evidenciar o papel dos rios como agentes históricos, os quais influenciam e são influenciados, mas que, por muito tempo, apareceram apenas como plano de fundo para os acontecimentos antrópicos nas produções historiográficas. Isso significa, portanto, compreender os impactos causados pela agroindústria açucareira às diferentes espécies, assim como às mudanças na indústria do açúcar geradas em função das ações de animais não humanos. Para tanto, o campo da História Ambiental e os estudos multiespécies (ligados à Antropologia) serão evocados enquanto lentes para considerar essas interações mais-que-humanas como, substancialmente, parte da teia que forma a dinâmica entre os representantes interessados no processo de produção açucareira e seus efeitos econômicos, sanitários, sociais e ecológicos no período em questão. Por essa razão, serão resgatadas ferramentas e autores de outras áreas, pois partir dos campos de estudo mencionados exige um diálogo interdisciplinar. Outrossim, as notificações acerca do despejo de resíduos, suas consequências e possíveis soluções encontradas no Diário Oficial de Pernambuco, nos Jornais

Diário de Pernambuco e Diário da Manhã serão utilizadas como fontes, pois revelam a complexidade do debate e seus vários sujeitos.

Palavras-chave: Rios. Açúcar. Caldas. História Ambiental.

1. HUMANOS E “NATUREZA”: A HISTÓRIA AMBIENTAL COMO CAMINHO PARA SUPERAR A SUPERIORIDADE DA ESPÉCIE HUMANA NA HISTORIOGRAFIA

Não é nenhuma novidade que os usos e sentidos mais corriqueiros do termo “natureza” são acompanhados da negação de que a espécie humana é pertencente a um todo, o qual os elementos bióticos e abióticos fazem parte. Ao longo do processo de reflexão proposto pelos seres humanos acerca dos problemas do planeta, foi-se moldando uma fronteira que separa e coloca em posição de superioridade o *homo sapiens* do resto do mundo, em função do interesse em explorar florestas, outras espécies de animais, mares e rios. Ademais, com essa separação, funda-se também uma dualidade que frequentemente se expressa, de forma escancarada, na utilização da expressão “cultura e natureza”.

Ao analisar o mundo inglês no início do período moderno, Keith Thomas fez emergir à superfície um debate acerca do olhar e dos usos de uma parcela dessa população para com os elementos não humanos. Tendo isso em vista, um dos pontos levantados pelo autor (Thomas, 2010, p. 30) diz respeito à visão antropocêntrica por parte dos principais expoentes ingleses do cristianismo. As doutrinas cristãs foram retomadas para reforçar uma diferenciação das relações dos homens com os animais.

Também não é notícia de última edição de jornal o papel das ciências ocidentais no processo de disseminação desse pensamento. Não à toa, John Passmore (2012, p. 6) sinaliza que quando os apologistas cristãos enxergaram na ciência e na tecnologia o produto de uma civilização cristã, pensaram com razão: o cristianismo ensinou aos homens que não existia sacrilégio em analisar, nem em modificar a natureza. Descartes, por exemplo, produziu a ideia da ausência de alma nos animais, gerando uma vasta literatura erudita. O Cartesianismo absolvía Deus da acusação de provocar injusta dor às “bestas” ao negar a imortalidade dos bichos, os afastando da dimensão espiritual (Thomas, 2010, p. 41).

Ainda no tocante a esta questão, Passmore (2012, p. 11) tem a acrescentar: as duas principais tradições do pensamento moderno são a de inspiração “cartesiana” e a “hegeliana”. A primeira, defende a matéria como inerte, passiva e que a sua relação com o homem é de um absoluto despotismo, o qual age reformando-a, remodelando-a, sem que esta tenha poder de resistência ou ação. A segunda, advoga através do argumento o qual a natureza só existe como

alguma coisa que o ser humano tem por tarefa efetivar por meio da arte, ciência, filosofia, tecnologia, convertendo-a em algo humano, sem um sentido estranho.

Esses esforços para destacar a singularidade e proeminência da humanidade sobre as outras criaturas por meio da inferiorização dos não humanos não serviu de ferramenta apenas para subjugar-los. A natureza foi utilizada em discursos, ao longo da história, para justificar quase tudo, desde reconhecer nela um ancestral que conferiria aos alemães do Terceiro Reich um estado de pureza genética, até sua negação em virtude de ser ela a responsável pelo entrave ao desenvolvimento (Ferreira Filho, 2012, p. 2). Nesse sentido, o ideal do predomínio humano repercutiu no relacionamento dos homens entre si, não somente nas relações com o “mundo natural”. Alguns homens eram vistos como animais úteis, a serem refreados, domesticados e tornados dóceis, enquanto outros eram daninhos o suficiente para serem eliminados (Thomas, 2010, p. 56).

Tendo isso em vista, as produções historiográficas não se isentaram de carregar, em sua maioria, essa perspectiva acerca dos elementos mais-que-humanos, revelando em suas narrativas um caráter antropocêntrico. Antigamente, como apontou Donald Worster (1991, p. 198), a disciplina da história tinha como o único assunto importante a política, sendo o Estado nacional o único campo digno de interesse. Adiciona ainda que, apesar disso, há algum tempo, os historiadores começaram a desenterrar camadas longamente submersas, as vidas e os pensamentos das pessoas comuns.

Dessa maneira, pode-se atestar que a história se assenta em um enfoque “flutuante”, o qual a humanidade flutua acima do planeta, como se os homens não fossem animais mamíferos e primatas, seres que respiram, dos quais precisam cotidianamente se alimentar de componentes minerais e biológicos existentes na terra (Pádua, 2010, p. 91). A grande barreira teórica, no contexto da contemporaneidade, é compreender o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural. Barreira esta mantida na obscuridade pela dominância do enfoque flutuante na historiografia (Ibidem, p. 91-92). Frente a esse cenário, assim como ao contexto das conferências sobre a crise global e dos movimentos ambientalistas na década de 1970, a ideia de uma História Ambiental começou a emergir (Worster, 1991, p. 1991).

Mais que os estímulos partidos das necessidades pensadas no interior da academia, o vento mais forte chegou dos espaços externos. O Movimento ecológico popular do final das décadas de 1960 e 1970 foi decisivo para a gestação da História Ambiental enquanto campo autoconsciente na Europa e nos Estados Unidos. As lutas ambientais, em outras partes do mundo, também conduziram alguns acadêmicos da Índia, China e América Latina a incluírem essa perspectiva em seus trabalhos. Os historiadores passaram a enxergar novos problemas (Mcneil, 2005, p. 15).

Rejeitando a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolve sem restrições naturais, a qual os humanos são uma espécie distinta e “supernatural” e que as consequências ecológicas dos feitos passados podem ser ignoradas, este campo parte de um esforço revisionista (Worster, p. 1991). Não se trata de reduzir a análise histórica ao mundo biofísico, mas de incorporá-lo, em diálogo com outras dimensões, na caminhada por uma abordagem cada vez mais ampla e inclusiva de investigação histórica (Pádua, 2010, p. 94).

2. A HISTORIOGRAFIA DO AÇÚCAR E A INSERÇÃO DE SUJEITOS NÃO HUMANOS NA HISTÓRIA

Na historiografia relacionada ao açúcar no Brasil, não é novidade a existência de estudos que mencionam os ecossistemas e as múltiplas espécies. Gilberto Freyre (2013), sobretudo em sua obra “O Nordeste”, cujo autor realiza uma análise orientada por uma visão ecológica, descreve a dinâmica entre os seres humanos e os ecossistemas através dos desdobramentos da monocultura da cana de açúcar. Menciona-se a relação da cana com a terra, da cana com a mata, da cana com os animais, da cana com o homem e da cana com a água.

Sobre o mundo canavieiro e a água no Nordeste, assinala “[...] a água foi e é quase tudo. Sem ela não teria prosperado do século XVI ao XIX uma lavoura tão dependente dos rios, riachos e das chuvas [...]” (Ibid., p. 51-52). Em seguimento a este pensamento ecológico, em seu livro “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda (1995) condensa aspectos da agricultura canavieira e das plantações de café, citando a degradação do “ambiente” e a exploração da espécie humana.

Em suas produções, Caio Prado Júnior (1981), preocupado em compreender as bases econômicas ao longo da História do Brasil, dialoga diretamente com as características ecológicas do território. No texto “História Econômica do Brasil”, ele chama atenção, tanto para o “meio geográfico”, quanto para a importância do cultivo da cana de açúcar no início do período colonial e como os aspectos ambientais corroboraram para isso:

Para a produção dos gêneros tropicais de que então se tratava, e sobretudo o açúcar de cana, nada mais favorável que esta baixada litorânea, úmida e quente, em que a qualidade excepcional de certos solos vinha complementar a excelência das condições climáticas. Ocorria ainda mais uma circunstância favorável a esta localização. Produzindo exclusivamente para o exterior, as atividades econômicas da colônia se fixam naturalmente próximo aos portos de embarque e exportação (IBID., p. 87-88).

Ao tratar do desenvolvimento da agricultura no Brasil, no livro “Formação do Brasil contemporâneo”, Caio Prado (2013) indica um progresso quase nulo em relação ao início da

colonização. Ganha destaque, em sua argumentação, o processo de degradação dos ecossistemas, sobretudo a floresta presente do litoral do nordeste até Alagoas.

A devastação da mata em larga escala ia semeando desertos estéreis atrás do colonizador, sempre em busca de solos frescos que não exigissem maior esforço da sua parte. Graças somente à excepcional e providencial fertilidade dos massapês baianos ou pernambucanos é que foi possível manter aí durante tanto tempo a cultura da cana. Mas o vácuo de matas que se ia formando em torno dos engenhos criava outros problemas igualmente sérios (Ibid., p. 147-148).

Diante do que foi exposto, é notável uma preocupação dos autores clássicos, ao retratarem o mundo açucareiro, com os ecossistemas, seus usos e degradação. No entanto, essas produções se pautam na linha de pensamento reprodutora do exclusivismo antrópico, onde esses outros sujeitos são concebidos apenas como influenciados e palco para as ações humanas. Ainda sobre a cana e a produção de sacarose, outros estudos com abordagens mais específicas foram surgindo. Dentre eles, destaca-se o trabalho do geógrafo Josué de Castro (1984), quando em “Geografia da Fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)”, ao realizar uma investigação no tocante ao problema da fome nas regiões do país, aporta no capítulo três no nordeste açucareiro, descreve primeiro as características ambientais para implantação da referida cultura e por meio dessas informações, demonstra que não há razões naturais para existir fome dessa região, já que as condições são propícias para uma infinidade de produtos alimentares.

Sidney W. Mintz (2013), em “O poder Amargo do Açúcar: produtores escravizados, consumidores proletarizados” reúne uma série de artigos que tratam de temáticas variadas no que diz respeito ao plantio da cana de açúcar, sua difusão comercial e os desdobramentos sociais. Já no primeiro, mesmo não sendo seu objetivo, realça a descrição das zonas de cultivo em que essa espécie se desenvolveu, as ditas regiões tropicais. Além disso, aponta para características químicas da gramínea. Por sua vez, Christine Dabat (2012), responsável por uma parte ampla das produções nesse âmbito, em sua tese denominada “Moradores de engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco”, pesquisou as relações de trabalho no campo a partir do fenômeno da “morada”, o qual surge com a abolição da escravatura e a instalação das usinas de açúcar e pode ser definido como um termo que compreende os espaços de moradia nesse contexto, revelando a permanência da submissão dessas famílias que ocuparam as “moradas” aos senhores de engenho.

Assim como Dabat, Manuel Correia de Andrade (1980) se debruça sobre as relações de produção e de trabalho em seu livro “A terra e o homem no Nordeste”. Por fazer parte do *métier* dos geógrafos, o autor discorre sobre as condições “naturais” da região. Em seguida, traça uma leitura sobre a ocupação da região, o desenvolvimento da agricultura, o sistema

produtivo e as relações de trabalho com seus modelos distintos e caracterizados por permanências de uma sociedade que outrora legalizava a escravidão.

Em sua pesquisa “História das usinas de açúcar”, Manoel Correia (2001, p. 38-43) esclarece que a instalação desse complexo produtivo ocorreu a partir de uma distribuição sem equilíbrio na velocidade do processo usineiro, entre a Mata Sul e a Mata Norte. Ele ainda se observa, mesmo timidamente, que neste deflagrar do processo de modernização, o impacto ecológico foi dos mais graves. Com a expansão da área cultivada, a cana iria provocar a derrubada das florestas restantes, acelerando a erosão das encostas e o entulhamento dos vales em área de relevo. A degradação da floresta também gerou cheias por provocar alterações nos regimes dos rios. Estes, cheios de sedimentos carregados pelas enxadas, ficaram ainda mais rasos e mais largos. Mas, o maior impacto causado a esses sistemas hídricos foi gerado pelo lançamento das caldas desses complexos industriais em suas águas, matando os peixes e favorecendo o desenvolvimento de moléstias, como a esquistossomose. Da área rural à cidade do Recife, os habitantes foram atingidos pelas descargas de efluentes realizadas pelas usinas.

Frente a esses autores, uma pequena parcela dos estudiosos da área, percebe-se a variedade de temáticas abordadas pela historiografia do açúcar. Nota-se também a ausência de pesquisas que examinem o processo industrial de produção de sacarose com um olhar contrário ao exclusivismo antropogênico. Por isso, a proposta dessa pesquisa é mergulhar em uma temática pouco explorada, inserindo outros agentes mais que humanos. Não basta descrever os aspectos “naturais”. Precisa-se conceber a espécie humana como seres condicionantes e condicionados por outras espécies, bem retirar do papel de coadjuvante, os ecossistemas que influenciam na estruturação das sociedades humanas.

Apesar disso, salienta-se a existência de pesquisas na historiografia do açúcar que prezam por investigar as relações entre as múltiplas espécies na escrita da História. Thomas D. Rogers (2017), em seu livro “As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil”, propõe uma leitura ambiental da paisagem canavieira de Pernambuco, entendendo-a como trabalho, um sistema de relações mutáveis que envolveu a exploração dos trabalhadores e a transformação da terra.

Diogo Cabral (2014) também se soma ao pioneiro Thomas Rogers ao produzir a tese intitulada “Na presença da floresta”. Escrevendo sobre a Mata Atlântica, o autor tece uma história de floresta na América portuguesa. Para ele:

Quem não conhece a Mata Atlântica não conhece o Brasil; foi daquelas terras, daquele barro, daquele silêncio que o país “saiu a andar”, como invenção moderna. Na América portuguesa, entre os séculos XVI e XIX, a construção de um povo novo, na carne e no espírito, ocorreu, majoritariamente, na floresta — através da floresta (Ibid., p. 25).

Caminhando por essa rota, já em sua dissertação “Corpos exauridos: relações de poder, trabalho, e doenças nas plantações açucareiras (Zona da Mata de Pernambuco, 1963-1973)”, José Marcelo Marques Ferreira Filho (2012), ao pensar as condições de vida nessa área como aspecto indissociável do trabalho na agroindústria açucareira, enfatiza o trabalho da natureza, humana e não humana como sustentáculo das plantações.

Em sua tese, “Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)”, o autor conta a história da plantation açucareira no nordeste do Brasil. Esta, considerada a história de um vasto e sofisticado espaço de liberdade contingente, o qual quem vivia era limitado por uma geografia que congregava elementos ecológicos, estruturais, históricos, simbólicos e culturais (ID., p. 17-18). Por último, em estudo recente, intitulado “*Human-insect relations in Northeast Brazil’s twentieth-century sugar industry*”, revelou o papel de várias espécies de insetos (inconscientemente), ao lado dos humanos, na história do açúcar do nordeste brasileiro do final do século XIX ao XX.

3. O “PROBLEMA DAS CALDAS”: UM INCONVENIENTE QUE DESEQUILIBROU ECOSSISTEMAS

Em consonância com Maiara de Souza Melo (2011, p. 15), dos engenhos às usinas, ocorreram transformações de toda categoria, porém, talvez a mais marcante tenha sido a que modificou a biodiversa Zona da Mata na monótona Zona da Cana, onde tamanha degradação ambiental ocorreu em nome da modernidade produtivista. Esse objetivo se evidenciou desde a chegada dos primeiros visitantes da região. Segundo Thomas Rogers (2017, p. 50), essas pessoas logo voltaram os olhares para a floresta, os rios, a chuva e o sol com o intuito de transformá-los em recursos.

Em vista disso, esse desejo em explorar os elementos não humanos, em nome da lógica de acumulação e a crescente demanda por sacarose no mercado europeu, foi responsável pela implementação da atividade agrícola da cana de açúcar em Pernambuco. Sobre esse quesito, José Marcelo Marques Ferreira Filho (2012, p. 13) assinalou que, desde o início dessa atividade e organização no Brasil, com a exportação crescente desse produto, até o século XX, com os programas de apoio à produção de álcool e combustível, as plantações se mantiveram por meio do trabalho da natureza não humana e humana.

José Marcelo (2020, p. 17-19) compreende a plantation açucareira no Nordeste como um espaço de liberdade contingente, que limitava o direito de agir por uma geografia que congregava — ao mesmo tempo e de forma indissociável — elementos ecológicos. Sua geografia, a qual não precisava de muros e arames farpados para funcionar com perfeição, permitia à classe patronal

canavieira controlar a cobertura vegetal, rios, açudes e pequenos cursos d'água, animais humanos e não humanos.

Nesse sentido, pensar a monocultura da cana de açúcar em Pernambuco é relacionar a humanidade, imprescindivelmente — para além das relações de exploração entre os distintos indivíduos da espécie humana — com a presença de outras espécies e seres abióticos nesse processo, sejam elas contribuindo, em seu movimento orgânico para os interesses antrópicos, ou dificultando essas dinâmicas na mesma medida. Pensando dessa forma, apesar das modificações agrícolas e industriais no âmbito dessa produção, ignorar essa interligação não é o objetivo deste texto. Ao contrário, observar os movimentos entre os diversos sujeitos, sejam eles humanos ou não, será crucial para compreender de forma complexa o mundo açucareiro, mas não apenas ele, a partir do despejo de efluentes nos rios por parte das usinas de açúcar em Pernambuco.

As usinas integram-se em Pernambuco a partir de um movimento de transformação dos aparelhos de produção de sacarose. Isso se deu a partir do século XIX, quando, de acordo com Manoel Correia (1980, p. 80-81), diante dos melhoramentos ocorridos em função das inovações dessa atividade, os senhores de engenho começaram a sentir as inconveniências de suas estruturas produtivas movidas a éguas e bois, que só não produzia menos que os engenhos d'água. Na segunda metade do século, começaram a surgir os engenhos centrais com maquinismo potentes, capazes de esmagar canas de vários engenhos banguês e fabricar um melhor açúcar.

Gabriel Perruci (1978, p. 114-115) alerta para as mudanças econômicas e sociais decorrentes da implantação dos engenhos centrais, as quais tornam o antigo senhor de engenho em um simples fornecedor de cana. E, sendo os engenhos centrais dependentes desse fornecimento, nasceram condenados à falência, já que os antigos senhores de engenho não entregavam a quantidade necessária de matéria prima. Assim, a usina substitui o sistema de engenhos centrais, concentrando a produção agrícola e o processo industrial em uma só mão.

No entanto, com a chegada das usinas, o que os autores que se debruçaram sobre o tema ainda não sinalizaram foi que as modificações não ocorreram apenas no âmbito das relações humanas ou na estrutura dos aparelhos produtivos, mas nos vínculos entre os sujeitos humanos, ecossistemas e outras espécies e isso se evidencia através do derramamento das caldas produzidas pela indústria de sacarose nos rios.

Os organismos vivos e o seu ambiente inerte (abiótico) estão inseparavelmente ligados e interagem entre si. Qualquer unidade que inclua a totalidade dos organismos (isto é, a <<comunidade>>) de uma área determinada interagindo com o ambiente físico por forma a que uma corrente de energia conduza a uma estrutura trófica, a uma diversidade biótica e a ciclos de materiais (isto é, troca de materiais entre as partes vivas e não vivas)

claramente definidos dentro do sistema é um sistema ecológico ou *ecossistema* (Odum, 2001, p. 11)

Levando isso em consideração, o conceito de ecossistema é amplo e corrobora para a visualização de relações causais e de interdependência, dando luz à componentes que formam unidades das quais a espécie humana também faz parte. Por sua amplitude e força para integrar elementos orgânicos e não orgânicos, este conceito se torna visceral para os historiadores que estão no afã da construção de narrativas históricas distantes daquelas caracterizadas pelo olhar antropocêntrico.

Os rios, ambientes lóticos, são sistemas dos quais várias espécies interagem, com dinâmicas que os modificam, garantindo um equilíbrio vital para estas, ou não. O desequilíbrio, causador da mortandade de algumas espécies, pode ocorrer em decorrência da agência de muitos indivíduos e práticas. Rios, portanto, podem ser considerados ecossistemas.

Em 22 de fevereiro de 1936, o jornal Diário da Manhã noticia um episódio de mortandade de peixes. Este acontecimento indica uma ação inapropriada por parte de alguma das espécies que compõem esse sistema e tem o poder de causar danos ao ciclo que o equilibra. Neste caso, fica claro que a causa desse problema parte da grande quantidade de resíduos lançados aos rios, no período de maior produção, pelos usineiros.

Ainda na matéria, destaca-se os impactos causados por essa calda, em maior medida, às espécies de peixes que vivem na lama, a exemplo do bagre. No entanto, mesmo que o motivo desses efeitos seja uma atividade antrópica, as implicações destas afetaram também grupos da espécie humana, os agrupamentos ribeiros, dos quais, faziam uso da água contaminada pelo efluente para a manutenção das atividades cotidianas, se alimentavam e tinham sua renda pautada na venda de animais aquáticos, como o siri e o camarão pitú.

Em vista disso, os homens não existem como abstrações, entidades genéricas, mas como seres situados no tecido das relações sociais. Do mesmo modo, isso acontece com a ideia da relação entre humanidade e natureza nas sociedades de classe. Dessa maneira, não o homem, mas os grupos humanos na sua diversidade de conhecimentos, meios técnicos e, acima de tudo, nas suas divisões sociais desiguais, que fazem da natureza um objeto de apropriação (Arrais, 2014, p. 314). Portanto, ao examinar o problema, entender o *homo sapiens* como inserido nas unidades que formam os ecossistemas implica não somente em concebê-lo enquanto espécie que influencia e é influenciada. A espécie humana em sua dinâmica com o resto do mundo, deve ser analisada sem que a existência de grupos distintos seja desprezada nesse processo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel de Correia. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Ciências Humanas, 1960.

ANDRADE, Manuel de Correia. História das Usinas de Açúcar de Pernambuco. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2001.

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. História Ambiental em perspectivas: o urbano, o marítimo e suas espacialidades. [Entrevista concedida aos membros da Equipe Editorial da revista Espacialidades]. Espacialidades, Rio Grande do Norte, v. 7, n. 1, p. 312-318, dez, 2014.

CAPILÉ, Bruno. Rios urbanos e suas adversidades: repensando maneiras de ver as cidades. História Ambiental. Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha, v. 5, n. 1, p. 81-95, 2015.

CAPILÉ, Bruno. Os muitos rios do Rio de Janeiro: transformações e interações entre dinâmicas sociais e sistemas fluviais na cidade do Rio de Janeiro (1850-1889). Tese (doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Programa de pós-graduação em História Social, 2018.

CARVALHO, Diogo. Na presença da floresta: Mata Atlântica e história colonial. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

CASTRO, Josué. Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço). Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

DABAT, Christine Rufino. Moradores de Engenho: relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 177-197, 1991.

ESTEVES, Francisco de Assis. Fundamentos de Limnologia. Rio de Janeiro: Interciência, 1998.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Corpos exauridos: relações de poder, trabalho e doenças nas plantações açucareiras (zona da mata de Pernambuco, 1963-1973). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX). Recife: EDUFPE, 2020.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. Human insect relations in Northeast Brazil's twentieth-century sugar industry. More-Than-Human Histories of Latin America and the Caribbean, 2024.

FREYRE, Gilberto. Nordeste. São Paulo: Global, 2013.

GUZMÁN, Ramiro Alberto Flores. O fenômeno da mortandade de peixes noticiado pela imprensa brasileira (1870S–1930S). Mnemosine, v. 7, n. 2, p. 177-195, 2016.

HARAWAY, Donna; TSING, Anna. Reflections on the Plantationocene: a conversation with Donna Haraway and Anna Tsing, mediated by Greg Mittman. Madison: Nelson Institute for Environmental Studies, 2018.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JORGE, Janes; RAFFAINI, Patrícia. Fontes para a história ambiental: Uma introdução ao campo. Revista de fontes, v. 6, n. 11, p. 1-6, 2019.

LINS, Rachel Caldas. Efeitos sociais da degradação dos “rios do açúcar” do Nordeste do Brasil. Ciência & Trópico, v. 8, n. 2, 1980.

LUCCA, T. R.; PINSKY, C. B. (org). O Historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, Maiara Gabrielle de Souza. Gestão ambiental sucroalcooleira de Pernambuco: entre a inescotabilidade dos recursos naturais e os mecanismos de regulação. Recife: UFPE, 2011.

MCNEILL, John Robert. Naturaleza y cultura de la historia ambiental. Nómadas, n. 22, p. 12-22, 2005.

ODUM, Eugene P. Fundamentos de ecologia. Tradução de António Manuel de Azevedo Gomes. 6. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. Estudos avançados, v. 24, p. 81-101, 2010.

PÁDUA, José Augusto. Movimentos dos rios / movimentos da História. Revista Brasileira de História, v.39, n. 81, p. 15–24, ago. 2019.

PASSMORE, John. “Atitudes frente à natureza”. In: Melo, Patrícia Pinheiro de. (Org) História Ambiental em suas múltiplas abordagens. Cadernos de História, nº 8, Recife: EDUFPE, 2011.

PERRUCCI, Gabriel. A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2013.

ROGERS, Thomas. Imaginários paisagísticos em conflito na Zona da Mata Pernambucana. Cadernos de História UFPE, v. 6 n. 6. Dossiê: Trabalhadores em Sociedades Açucareiras, 2009.

ROGERS, Thomas. As feridas mais profundas: uma história do trabalho e do ambiente do açúcar no Nordeste do Brasil. São Paulo: Unesp, 2017.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. CASTRO, Iná Elias de (org). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. Ambientes e territórios: uma introdução à ecologia política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

SUSSEKIND, Felipe. Sobre a vida multiespécie. Revista de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, p. 159-178, abr. 2018.

TENÓRIO, D. Apratto. Os Caminhos do Açúcar em Alagoas: do banguê à usina, do escravo ao bóia-fria. Revista Incelências, v.2 n. 1, 2011.

THOMAS, Keith. O homem e o mundo Natural. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.